

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes

70150-900 – Brasília-DF

(61)3411-5865

**ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO COMITÊ
INTERFEDERATIVO**

1 Aos vinte dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, das 9h30 às 12h30 e das
2 14h30 às 17h30, no Anexo I do Palácio do Planalto, Ala B, sala 101, em Brasília,
3 Distrito Federal, foi realizada a **segunda parte da nona reunião ordinária** da Câmara
4 Técnica Indígena e Povos e Comunidades Tradicionais do Comitê Interfederativo (CIF),
5 instituído no âmbito do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)
6 assinado entre a União e os Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo com as
7 empresas Samarco Mineração S.A, Vale S.A e BHP Biliton Brasil LTDA. A pauta da
8 reunião foi apresentada, constando de **informes** (reunião com moradores do Pontal do
9 Ipiranga – Linhares/ES; reunião com coordenador da CTOS, Casa Civil, SE-CNPCT,
10 ‘SAP’ para tratar de pescadores); **pontos para definição com a Fundação Renova**
11 (plano de atendimento para faiscadores e pescadores artesanais, participação das
12 comunidades nas reuniões da CT-IPCT, pendências da CT-IPCT com Renova; pedido
13 de entrega de relatório periódico para a CT – programas 03 e 04, além daqueles
14 relativos aos pescadores tradicionais e garimpeiros/faiscadores), **indígenas** (situação
15 dos Krenak frente ao TTAC), **quilombolas** (posição da CT sobre o Estudo do
16 Componente Quilombola, pagamento retroativo do auxílio emergencial para
17 quilombolas de Degredo, situação da água para consumo em Degredo, consulta pública
18 em Degredo sobre o Estudo do Componente Quilombola), **pescadores artesanais**
19 (situação dos pescadores artesanais na CT-OS, universo de pescadores a ser atendido
20 pela CT-IPCT) e **encaminhamentos finais**. Estiveram presentes representantes da
21 SEGOV, da FUNAI, da FCP, do IBAMA, do Conselho Nacional de Povos e
22 Comunidades Tradicionais (CNPCT), da Secretaria de Aquicultura e Pesca, da
23 Fundação Renova e da Herkenhoff & Prates Tecnologia e Desenvolvimento
24 (responsável pelo Estudo do Componente Quilombola), com acompanhamento da DPU-
25 ES por conferência. Na abertura da reunião foi caracterizado o foco no estabelecimento
26 de diálogo para o aprimoramento da comunicação e envolvimento de todos os atores na
27 melhoria do nível de informação e de atendimento à comunidade. Após a apresentação
28 dos presentes, a coordenadora informou a atual composição da Câmara Técnica, tendo
29 sido apontada a ausência de representantes da SESAI/MS nas últimas reuniões, embora
30 os membros titular e suplente já tenham sido indicados pelo órgão. Em relação à reunião
31 de **Pontal do Ipiranga**, a representante da IBAMA informou as motivações para a
32 reunião, que contou com a presença de mais de 200 pessoas, onde se permitiu a
33 obtenção de uma maior clareza quanto às dificuldades dos pescadores e da comunidade
34 em geral quanto ao atendimento pelo poder público local e ao cadastramento dos
35 atingidos, efetuado pela Fundação Renova; os moradores sentem falta de informações
36 mais claras, capaz de orientá-los a agir de maneira mais assertiva, especialmente falta de
37 conhecimento sobre quem seriam os melhores interlocutores e como proceder para
38 serem atendidos em seus direitos frente aos impactos causados pelo rompimento da
39 barragem de Fundão. Adicionalmente, a coordenadora da CT informou a situação
40 encontrada em Linhares, a partir de outra reunião, realizada em 24/01, articulada pela

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

41 CPP (Comissão Pastoral da Pesca) com os pescadores, que contou com participação do
42 CNPCT e da representante desta CT, destacando-se situações de pessoas que são
43 reconhecidas pelos pares como pescadores, mas que não estão sendo atendidas nem
44 mesmo com o auxílio emergencial; outra questão pontual dos pescadores, na reunião
45 que ocorreu no CRAS de Linhares, foi a ausência da Secretaria de Aquicultura e Pesca
46 das discussões e acompanhamento da situação dos pescadores, bem como do poder
47 público como um todo. Ficou como apontamento dessa reunião que a CPP iria entregar
48 um relatório, além dos encaminhamentos, para que o Governo pudesse se manifestar e
49 articular soluções, pois há críticas tanto às falhas de atendimento quanto ao processo de
50 comunicação e acessibilidade às informações; outro problema ressaltado foi a ausência
51 de participação dos atingidos em todas as instâncias de decisão e a necessidade de uma
52 cartilha, em linguagem acessível, para orientação de todos os pescadores atingidos. A
53 comunicação foi entendida como uma questão muito sensível no atual momento,
54 reforçando a necessidade de aprimoramento do diálogo entre os numerosos atores
55 envolvidos nas tratativas com os atingidos, em um processo coletivo, que deve garantir
56 que a comunidade seja atendida da mais rápida e melhor maneira possível. **Fiscadores**
57 **e pescadores artesanais:** de acordo com a Renova, o plano originalmente encaminhado
58 à CT (sem resposta até o momento) já havia evoluído, sendo que seria apresentada uma
59 atualização para que a CT fizesse sua avaliação em fatos mais atuais e, então, desse um
60 retorno à Renova. A atualização foi recebida na Coordenação no dia 19 de fevereiro e
61 será compartilhada com os membros da CT, para análise e retorno o mais breve
62 possível. **Participação das comunidades nas reuniões da CT:** a coordenação da
63 Câmara enviou ofício para a Renova, solicitando contatos para estabelecer padrões
64 vinculados à logística e custeio da participação da comunidade nas reuniões da CT, a
65 partir de entendimento prévio com o CIF. Entretanto, a Fundação Renova informou que
66 tal custeio não seria possível, ficando pendente a formalização desta posição; embora
67 entenda que a participação da comunidade é importante, há uma discussão em
68 andamento com o Presidente do CIF, a fim de elaborar uma política que possa atender a
69 essa reivindicação, no bojo da revisão do acordo, que está sendo discutida com a
70 participação do MPF. A principal questão seria a dificuldade de destinar verbas para
71 uma ação que não está clara no TTAC ou que não tem deliberação do CIF. Ainda assim,
72 a coordenadora da CT informou que a forma de participação da comunidade se daria em
73 grupos pequenos, separados por comunidade tradicional, com participação em
74 momentos específicos da reunião da Câmara Técnica. Para ilustrar a ideia da CT quanto
75 à participação de representantes das comunidades atingidas, o calendário proposto pela
76 CT para 2018 foi repassado para conhecimento da Renova, mesmo tendo em vista que o
77 mesmo será alterado (a pedido dos membros da Câmara, em ponderações feitas durante
78 a primeira etapa da nona reunião, que ocorreu em dezenove de fevereiro). Ficou claro
79 que o quantitativo de pessoas não poderá ser grande, trabalhando-se no nível do possível
80 e razoável para garantir a representatividade, não no que seria o ideal. Houve o
81 comentário de que na primeira reunião da CT, a Coordenação Regional da Funai havia
82 mencionado a necessidade de pelo menos nove representantes por comunidade e
83 chegou-se à conclusão que este número seria muito elevado; de qualquer maneira, os
84 representantes devem ser definidos pela própria comunidade, em processo a ser definido

2

W

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

85 pelas suas instituições representativas . Por exemplo, no caso dos Krenak – cujas aldeias
86 são representadas por sete caciques – este seria o número mínimo de participantes – e o
87 mesmo pode ocorrer com outros povos indígenas. O quantitativo preferencialmente
88 menor está relacionado com a manutenção de foco e capacidade de discussão em nível
89 adequado, estabelecendo-se momentos de trocas de informações e possibilitando-se, às
90 pessoas atingidas, a visualização da dinâmica e da mobilização de governo em torno de
91 sua situação, garantindo-se um espaço para falar e ouvir. A CT entende que é preciso
92 dar tratamento específico para os povos específicos, sendo imprescindível trazer esse
93 público para participar do debate, a fim de melhor atendê-lo. Essa maior interação pode
94 facilitar, inclusive, o trabalho da Renova. Entende-se que o caminho de proposta de
95 deliberação ao CIF pode dar segurança para a Renova e uma agilidade para a CT. A
96 Renova acredita que é preciso ter uma discussão mais abrangente, que viabilize a
97 inserção das comunidades de atingidos no processo do Sistema CIF, e na participação e
98 construção das soluções a serem criadas para a comunidade, dentro de cada programa,
99 de forma a dar maior legitimidade e consistência às soluções que estão sendo propostas.
100 Entre as propostas, deve-se considerar que há momentos em que a reunião precisa ser
101 feita no território, com participação de apenas parte da CT – a depender da pauta –
102 formando-se um grupo consultivo que conversa com a comunidade, pois há um
103 sentimento de enfraquecimento da comunidade (por parte das lideranças) quando estas
104 estão fora de seu ambiente. É consenso que deve haver cuidado no trato com o público,
105 que é muito diferenciado, e não confundir a pauta – que é bastante específica –
106 garantindo-se a participação da comunidade. A Renova sugeriu integrar a pauta dentro
107 de mecanismos já institucionalizados, aproveitando-se de espaços e orçamentos próprios
108 de órgãos locais, trabalhando de forma mais integrada; além disso, deve-se ter cuidado
109 para que o processo de participação da comunidade não invalide as lideranças já
110 estabelecidas, o que geraria transtorno ao longo do processo e dificultaria até mesmo o
111 trabalho técnico. Desta forma, é importante que a participação da comunidade fortaleça
112 o que já está estabelecido dentro das comunidades e a Governança tem que ter cuidado
113 com isso. Esta questão já é percebida internamente na CT, na relação com as
114 instituições representativas dos povos e comunidades tradicionais, cuja rotatividade de
115 participação tem dificultado uma maior conexão. Após as ponderações da Renova e dos
116 membros da CT, pactuou-se que a CT iria solicitar uma deliberação do CIF a respeito,
117 de forma a permitir que o público específico desta CT possa enviar representantes para
118 as reuniões. A questão está posta e a coordenadora sugeriu pequenas reuniões prévias
119 para viabilizar a participação das comunidades de atingidos, se o CIF se posicionar
120 positivamente; caso o posicionamento seja negativo, a proposta é de providenciar
121 encontros prévios às reuniões, com deslocamento de membros da CT ao território,
122 mesmo reconhecendo que haverá dificuldades vinculadas às questões orçamentárias
123 limitadas por parte dos órgãos governamentais. A Renova ficou de encaminhar à CT sua
124 resposta formal em relação à logística e custeio da participação da comunidade. Em
125 relação às **pendências com a Renova**, a CT ainda está devendo informações sobre as
126 ações que o governo está realizando em relação aos pescadores artesanais, por razões
127 várias, inclusive as alterações vinculadas à Secretaria de Aquicultura e Pesca, que
128 novamente se encontra em processo de mudança de ministério. Em relação ao

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

129 **protocolo de consulta**, comentou-se que vários povos já haviam criado protocolos
130 específicos e que, do ponto de vista do governo federal, foram feitos alguns exercícios,
131 mas não se chegou a um protocolo único; há muitos protocolos específicos e a CT ficou
132 de estabelecer um **passo-a-passo mínimo** (roteiro dos passos que devem constar da
133 consulta pública), já que não se entende possível o estabelecimento de um protocolo-
134 padrão. A Fundação Palmares, a Funai e o CNPCT irão analisar os protocolos já
135 existentes e se buscará estabelecer um roteiro do que tem que ser observado para as
136 consultas públicas a serem realizadas às comunidades tradicionais acompanhadas por
137 esta CT, imprimindo uma corresponsabilidade a todos os atores. De acordo com a
138 Fundação Renova, o MPF estabeleceu um protocolo de consulta com os Krenak e está
139 fazendo um protocolo de consulta com os Guarani; a Polifônica está fazendo um
140 protocolo de consulta como um produto dentro do Programa 3 (indígenas); entende que
141 a ideia é somar as informações dos diferentes protocolos e apresentar à comunidade,
142 para validação. A representante do IBAMA informou que a CT estabelecerá uma
143 metodologia mínima, para adaptação para cada caso; é como uma proposta pedagógica,
144 que será adaptada por quem vai aplicar efetivamente a consulta. A Renova pontuou que
145 as premissas irão permitir a documentação mínima do processo, a fim de validá-lo e que
146 as interações com as comunidades devem ser entendidas como oportunidades de criar
147 experiências positivas, que precisam ser adequadamente documentadas, harmonizando
148 os espaços de consultas; é preciso documentar adequadamente para validar,
149 historicamente, o processo. A H&P ponderou que, em momento próximo, haverá a
150 consulta aos quilombolas de Degredo e que é importante uma consulta aos protocolos já
151 existentes, mas que entende que é importante que esse protocolo seja apresentado
152 previamente aos que serão consultados. A CT deverá discutir isso na próxima reunião
153 (aprofundamento), mas entende que o Estado, como um todo, precisa ter algo que dê
154 conta das iniciativas e protocolos diferenciados, mas que isto não está no escopo desta
155 CT, que não tem como reunir, estudar todo o material e fazer uma proposta. A H&P
156 entende que a própria comunidade também precisa ser consultada quanto ao roteiro de
157 consulta. A construção do roteiro de consulta à comunidade (do que não pode deixar de
158 ser observado pela Renova e/ou H&P no momento da consulta) será feita pela CT -
159 sendo que a convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, já estabelece algumas
160 condições, dando uma orientação mínima - com subsídios à Renova para a condução da
161 consulta à comunidade. A forma será adaptada pelo realizador da consulta, de acordo
162 com o que já está estabelecido para aquela comunidade. A Renova, a partir das
163 discussões desta reunião, incorporará uma **lista de elementos para serem**
164 **considerados nas consultas**. Outra situação discutida é o próprio **fluxo de**
165 **comunicação** das instituições com os territórios: um whatsapp é suficiente? Uma carta?
166 Uma mensagem? De que forma se dá a validação? Como documentar esta
167 comunicação? Desta forma, a Fundação Renova pediu que fossem definidos os fluxos,
168 pela CT, em especial de comunicação, visando a reduzir más interpretações e ruídos no
169 território. Desta forma, ficou como encaminhamento a definição do roteiro de consulta a
170 ser criado pela CT e o estabelecimento dos meios de comunicação válidos a serem
171 utilizados com as comunidades, incluindo a socialização das informações e a tomada de
172 decisão conjunta nos temas atinentes à CT. A Renova solicitou que seja estabelecido

5

A

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

173 diálogo com a CT sobre as formas de atuar mais adequadas às necessidades da
174 comunidade, de forma técnica, entendendo que há membros da CT que têm uma
175 experiência que facilitaria o estabelecimento de melhores práticas. Outra solicitação da
176 Renova foi a **emissão de uma nota simples** sobre o que ocorreu na reunião da CT, que
177 possa ser comunicado à comunidade. A proposta parte do pressuposto de que um maior
178 esforço para compartilhar as informações (sinteticamente, dos momentos em que a
179 comunidade não participou) ajuda a reduzir os ruídos; as comunicações simples
180 desafogam e estabelecem condições mínimas para que as lideranças comuniquem
181 melhor aos seus representados em que pé se encontra cada situação. Neste sentido, a CT
182 solicitou apoio à Renova, perguntando se há uma equipe que possa transformar essas
183 comunicações na linguagem mais apropriada – e a Renova informou que sim e que
184 alinharia isso internamente. O fluxo básico seria a CT enviar os comunicados a serem
185 repassados, a Renova elaboraria o texto na linguagem mais apropriada e a CT analisaria
186 e autorizaria a divulgação. O fluxo completo ficou de ser estabelecido, em momento
187 oportuno, pensando-se inicialmente no uso do site da Renova pela sociedade civil mais
188 ampla. Em relação ao Estudo do Componente Quilombola, a H&P ressaltou a demora
189 na resposta, por parte do Governo, como causador de desconforto dos consultores em
190 campo, já que não tinham respostas para as causas da demora. Em relação ao
191 **pagamento retroativo** para a comunidade de Degredo, a coordenação da CT informou
192 que há visões diferentes sobre como se fazer esse pagamento, dentro da CT; assim, foi
193 desenvolvida uma proposta de três cenários diferentes, a serem colocados para a
194 comunidade – que tomará sua decisão final; a ideia inicial era de apresentar esses
195 cenários/propostas à comunidade durante a consulta do Estudo. A Renova também
196 entende que é fundamental que a comunidade decida, e que os cenários sejam
197 apresentados pela CT, no sentido de auxiliar a decisão. Neste sentido, entende que
198 também pode contribuir com algumas visões que tem sobre o processo e a H&P,
199 provavelmente, também pode se colocar; a partir dos diferentes cenários, a Renova
200 deverá iniciar um trabalho de estudo de mitigação de impactos, imediatamente, para
201 atender a quaisquer dos riscos que a comunidade assumirá ao decidir (palestras, cursos,
202 reflexão da comunidade e outros). O tema será retomado à tarde, durante a conversa
203 sobre o ECQ, quando será compartilhado o que já foi pensado e se abrirá para a
204 discussão os mecanismos de atuação para minimizar as externalidades negativas que
205 podem ser geradas. A Fundação Renova verificará se há alguma restrição jurídica
206 quanto à forma da definição do pagamento; o auxílio emergencial (e eventuais
207 retroativos), por obrigatoriedade de deliberação, tem que ser pago. Entretanto,
208 considerando-se que Degredo tem como característica várias situações de
209 vulnerabilidade, que podem levar a um êxodo da comunidade no momento do
210 pagamento integral (por exemplo, problemas de saúde em crianças, que não conseguem
211 ser atendidas localmente, podem levar os pais a se mudarem para outra localidade),
212 entende que esta questão deve ser tratada com muita atenção. Há questões vinculadas ao
213 coletivo (falta de creche, falta de posto de saúde, e outros) que precisam ser discutidas;
214 se um pagamento de vulto pode ser usado para que a pessoa migre da comunidade para
215 outro local, o que enfraquece a manutenção de laços da comunidade, é preciso ponderar
216 como ficaria a vida as pessoas após a implementação de uma ação. A ideia é minimizar

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

217 as externalidades negativas. A Renova entende que o Estudo do Componente
218 Quilombola deve ser utilizado como *benchmarking* para se sair da assistência e
219 mobilizar a comunidade para criar novas condições de vida, representando uma
220 mudança para um segundo momento da comunidade. Outro ponto discutido foi a
221 entrega de **relatórios periódicos à CT**. A Renova informou que entrega, mensalmente,
222 um relatório geral para o CIF – com cópia para as coordenações de CT's. A partir de
223 março, a Renova pretende fazer um **relatório no formato de acompanhamento de**
224 **cada câmara**, de acordo com os programas acompanhados por cada CT; desta forma,
225 será encaminhado para a CT um modelo do novo formato, para que esta o analise e
226 defina se está de acordo com as necessidades da CT-IPCT. Levantou-se outra pendência
227 com a Renova: a **avaliação e validação dos Programas 3 e 4**, protocolados em
228 dezembro/2017 junto ao CIF e à coordenação da Câmara (à época era a FUNAI), já que
229 tais documentos representam a definição dos programas e detalhamento dos projetos a
230 eles vinculados, que serão objeto de acompanhamento pela CT. A CT informou que os
231 documentos foram distribuídos para os membros da Câmara e irão ser analisados,
232 ficando como ponto de pauta para a próxima reunião. A Renova colocou-se à disposição
233 para fazer uma **apresentação dos dois programas para os membros da CT-IPCT** e a
234 Coordenação da CT ficou de chamar a reunião para permitir tal apresentação. Em
235 relação aos **indígenas**, a FUNAI informou a **situação dos Krenak** em relação ao TTAC
236 e relatou que houve uma provocação da Vale para fazer uma reunião com a Funai, para
237 tratar da questão dos Krenak, a fim de combinar a transição do atendimento deste povo
238 da Vale para a Fundação Renova, além de verificar perspectivas para o início dos
239 Estudos do Componente Indígena. De acordo com a Coordenação Regional da FUNAI,
240 as reuniões com os Krenak têm sido tensas e não há convergência em relação a
241 conversar com a Fundação Renova. Especificamente com relação à FUNAI, há uma
242 questão financeira que precisa ser resolvida para viabilizar tal reunião: não há como a
243 FUNAI emitir passagens para trazer os indígenas (sete caciques) para conversar em
244 Brasília. Inicialmente, a Vale sinalizou que a empresa ou até a FR poderiam arcar com
245 os custos de passagens, mas depois desistiu, pedindo que a FUNAI fizesse o pagamento.
246 Entretanto, considerando-se a não disponibilidade de orçamento, a FUNAI solicitou à
247 Renova que avaliasse a possibilidade de financiar o deslocamento, hospedagem e
248 alimentação dos sete caciques para Brasília, para só então consultar os indígenas quanto
249 à disponibilidade para dialogar. Em face ao exposto, a Fundação Renova solicitou uma
250 reunião prévia entre a Vale, FUNAI Sede e FUNAI Regional, bem como com a Renova,
251 para depois definir os desdobramentos relativos aos Krenak. Há o entendimento, na
252 Câmara, que o impasse em relação aos Krenak inviabiliza o acompanhamento deles no
253 âmbito da CT, que precisa acompanhar e prestar contas do que está sendo feito no
254 âmbito do TTAC, programas 03 e 04. Desta forma, a coordenação da CT pediu para ser
255 convidada a participar da reunião, entendendo que o alinhamento prévio é importante,
256 mas que deve ser seguido da conversa com os indígenas. Após algumas discussões,
257 definiu-se que a FUNAI deve fazer contato com a Vale e, posteriormente, enviar aos
258 demais um indicativo de data para a primeira reunião de alinhamento entre os
259 órgãos/atores envolvidos. Foi dito que a reunião que contará com a participação dos
260 Krenak deverá ser fora da TI (onde a situação está muito tensa, inclusive com agressão

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

261 entre indígenas), além do, já citado, alinhamento prévio de algumas questões entre a
262 Vale, a Funai, a Renova e a CT, inclusive para definir como será feito o convite aos
263 indígenas, de forma a favorecer o diálogo; a Renova, por sua vez, ficaria com a
264 responsabilidade de verificar a possibilidade de fazer a logística e arcar com o custeio,
265 sendo que a definição deste último aspecto será um dos pontos de pauta da reunião, que
266 será convocada pela FUNAI. Encerrada a pauta da manhã, os participantes saíram para
267 almoço. Ao reiniciar-se a reunião, na parte da tarde, a pauta foi invertida. O primeiro
268 ponto tratado foi o **informe sobre a situação dos pescadores junto à CT-OS**. A
269 representante da SAP na CT-OS retomou a questão sobre a atenção aos pescadores pela
270 Fundação Renova, relatando a discussão quanto aos valores a serem pagos (preço do
271 pescado) e quanto aos pescadores considerados inelegíveis pela Fundação Renova (para
272 os quais ainda se aguarda retorno, pois há pescadores que ainda não foram atendidos
273 nem mesmo com auxílio emergencial). Há também alguns questionamentos quanto à
274 definição dos valores de danos morais (fixado em R\$ 10 mil). No universo de
275 pescadores atingidos, há profissionais regulamentados e considerados não
276 regulamentados – o que impacta diretamente nos valores de indenização por lucro
277 cessante, com diferença em termos de valores percentuais. Estão sendo diferenciados os
278 pescadores que têm RGP válido e os que têm protocolo ou RGP antigo (também
279 considerados válidos pelos técnicos da SAP). Quanto aos pescadores de subsistência
280 (que podem ser olhados por esta CT-IPCT em função de segurança alimentar), bem
281 como aos pescadores quilombolas ou indígenas, há uma discussão em andamento sobre
282 como será feita a indenização. De acordo com reivindicações recebidas na CT-OS, há
283 atingidos que foram reconhecidos como pescadores de subsistência e que estão
284 requerendo reclassificação para pescadores artesanais (pois vendiam o excesso). Além
285 disso, há a necessidade de recuperação dos recursos hídricos e da qualidade da água,
286 sendo esta uma questão tratada por câmara diferente, mas que impacta o mesmo
287 público. Quanto à abordagem da CTEI – que é a retomada das atividades produtivas no
288 contexto da pesca – ponderou não há nada de novo (apenas um projeto piloto de
289 aquaponia, muito incipiente, que ainda necessita ajustes em razão de hábitos da
290 comunidade). Desta forma, considera que é preciso entrar no radar a retomada das
291 atividades e a viabilização das mesmas, de acordo com a comunidade afetada
292 (definindo-se o que pode ser feito por cada um). Ainda não é possível definir quando os
293 principais ambientes de pesca estarão recuperados, e não se pode esperar que isso
294 aconteça num futuro muito imediato. Desta forma, é preciso pensar e articular
295 alternativas. Os pescadores-agricultores têm reportado problemas na comercialização de
296 produtos agriculturáveis (questionados devido à procedência da água para a irrigação) e
297 questionamentos quanto à qualidade do pescado (não apenas para a venda, mas também
298 para o consumo próprio). A Fundação Renova ponderou que o tema da pesca é
299 estratégico para a Fundação e para a CT-OS, que perpassa muitas CTs e cujas questões
300 são bem complexas. Na CT-OS houve muita discussão para a identificação do público
301 atingido, das comunidades e localidades afetadas (como foi o caso de Linhares, que
302 precisou ser revisto) e discutiu-se muito a própria política de indenização, em busca de
303 uma política simplificada – que acabou não se concretizando e impedindo a efetivação
304 de muitas ações. O cálculo das indenizações e o abatimento do auxílio emergencial do

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

305 lucro cessante (que não foi permitido no âmbito do CIF) foram questões que geraram
306 diversos embates. Embora várias questões tenham prolongado a discussão, o
307 atendimento está caminhando e é chegado o momento de discutir a retomada das
308 condições de pesca (da qualidade do pescado, da reposição do estoque pesqueiro e da
309 segurança quando ao consumo do pescado). Assim, está se buscando uma forma de
310 estruturar e integrar as discussões nas diferentes disciplinas que envolvem o encontro de
311 uma solução mais adequada, entendendo que será necessário promover fóruns de
312 discussão integrada (entre elas, as discussões intercâmaras do CIF) e desenvolver uma
313 estratégia de retomada da atividade produtiva. A representante do CNPCT questionou
314 quais seriam os critérios de elegibilidade e não elegibilidade para os pescadores, já que
315 na reunião ocorrida em Linhares houve relatos de casos de pescadores reconhecidos
316 pela comunidade e não considerados impactados pela Renova. A Renova informou que
317 definiu a documentação necessária, que varia de acordo com a categoria de pescador e
318 que está ciente das dificuldades; neste sentido, informou estar aberta para analisar os
319 caso-a-caso, que deverão ser enviados pela coordenação da CT para reavaliação. O
320 entendimento da CT é de que é preferível cometer erros de inclusão do que de exclusão,
321 ponderando que todos os envolvidos na mitigação dos danos do TTAC devem entender
322 a importância do auto-reconhecimento e do reconhecimento pelos próprios pares para a
323 revisão do cadastro e do processo de elegibilidade daquele indivíduo. Em relação aos
324 pescadores, a CT-IPCT entende que precisa dar conta da tradicionalidade e de que
325 formas o impacto desagrega ou cria outro ambiente para a comunidade atingida. Foram
326 citadas as reuniões em Degredo e em Linhares (com mais de 150 pescadores), com a
327 comissão de moradores de Bento Rodrigues – nas quais sentiu-se uma lacuna de um
328 olhar mais específico, de buscar saber quem é a pessoa atingida. Desta forma, realizar o
329 **recorte do universo de pescadores a serem acompanhados pela CT-IPCT, levando-**
330 **se em consideração as suas especificidades constitui-se em tarefa desta CT**, já que
331 a CT-OS está fazendo o acompanhamento mais geral, por meio de bases de dados. Em
332 busca deste recorte, a CT fez uma discussão inicial na reunião do dia anterior e chegou
333 na cadeia da pesca (redeiros, iscadores, consertadores de barcos) – a partir da qual irá
334 explorar melhor a questão e definir seu público alvo. O consultor da H&P considerou
335 importante essa definição, informando que houve uma ligação direta, no ECQ, da
336 identificação dos quilombolas de Degredo com a atividade pesqueira. Entende que, ao
337 começarem as ações do PBA, podem surgir questionamentos sobre o atendimento como
338 quilombola, com pessoas reivindicando ser atendidas como pescadores; neste sentido,
339 será considerada a categoria pescador-quilombola? E que tratamento será dado àquele
340 quilombola não ligado à pesca? Entende que é preciso preparo para questionamentos de
341 ordem prática. O antropólogo da H&P concordou com a colocação e ponderou que, do
342 ponto de vista antropológico, uma coisa está ligada à outra (comunidades tradicionais se
343 identificam com atividades específicas). A coordenadora da CT reiterou que será
344 definido, dentro do universo de pescadores, qual será o público-alvo e pondera se a CT
345 terá que pensar na possibilidade de estudos diferenciados, possivelmente a partir de um
346 recorte da cadeia de pesca e de quem ficou excluído do processo por não conseguir
347 comprovar o desempenho da atividade (já que não há pesca, devido à proibição e falta
348 de condições apropriadas, que devem persistir). Neste sentido, a Câmara solicitou à

✓

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

349 Renova o compartilhamento do conhecimento adquirido em campo, para facilitar o
350 entendimento e a delimitação deste público. De acordo com a Fundação Renova, os
351 indígenas e os quilombolas são bem delimitados entre os povos tradicionais; a partir daí,
352 os limites vão se diluindo. Em relação aos pescadores, entende que é importante criar
353 parâmetros, especialmente em relação aos povos que, embora tradicionais, não têm uma
354 ligação tão clara com o território. Ponderou que, a partir da recomendação do Ministério
355 Público de iniciar o atendimento emergencial e fazer um estudo para identificar e
356 delimitar o público, a Renova foi ao encontro das comunidades. Assim, o
357 estabelecimento da cadeia da pesca (saber fazer, viveres, modo de ser, inclusive) é um
358 passo importante; o segundo ponto para a definição do público desta CT-IPCT é não se
359 prender às ideias dos conceitos, se permitindo perceber que há papéis diferenciados
360 exercidos pela mesma pessoa e que há uma série de medidas que deve ser pensada para
361 garantir o atendimento deste público (não se pode deixar a definição exclusivamente
362 com as prefeituras). Para ilustrar a questão, relatou o **caso dos faiscadores**,
363 identificados pela Renova (inicialmente, um grupo pequeno, de 17 pessoas, que se
364 identificou como faiscador e reclamou seus direitos); ao pedir orientação do poder
365 público, a Renova não obteve resposta; posteriormente, alguns órgãos, incluindo os
366 municípios, passaram a indicar possíveis faiscadores e, atualmente, existe uma suposta
367 demanda reprimida de mais 700 faiscadores a serem inseridos nesta categoria. A
368 perspectiva da Renova é a da inclusão, mas é preciso aceitar as negativas de
369 enquadramento e lidar com suas consequências, inclusive de revisão, caso a negativa
370 não se revele legítima. No caso dos faiscadores, o processo começou 1,5 meses antes do
371 atendimento ao Quilombo do Degredo, mas esta comunidade teve dificuldades em
372 estabelecer seus interlocutores e a intervenção, por parte das prefeituras e dos
373 ministérios públicos federal e estadual, parou o processo e as tratativas da questão. Os
374 grupos de trabalho passaram a ser acompanhados pelas prefeituras – e a Renova se
375 recolheu, atrasando o atendimento. A Renova considera que o caminho dos estudos é o
376 mais seguro para dar fundamento às ações, mas é preciso reduzir as interferências
377 políticas nesta questão. Desta forma, para que a CT se aproprie da questão dos
378 faiscadores, a Renova irá compartilhar sua percepção do que acontece no território, com
379 vistas a contribuir para alinhar as questões relativas a este público alvo – inclusive na
380 relação com estados e municípios. Entre as oportunidades de percepção, é importante
381 considerar que a pesca é uma atividade que se reveste de diversas categorias
382 (quilombola-pescador, quilombola-canoeiro, etc), com a necessidade de se definir quem
383 é tradicional. A coordenadora da CT entende que o consultor da H&P tocou em um
384 ponto fundamental, pois quando a questão financeira é o foco, acende-se uma luz de
385 alerta, onde todos buscam os maiores benefícios e, para tal, podem acionar suas
386 identidades diferenciadas. Quando uma pessoa de comunidade tradicional não recebe as
387 atenções similares à de um pescador, por exemplo, se esta atenção for maior, causa-se
388 uma instabilidade na identidade do grupo. Desta forma, ficou definido o recorte do
389 público-alvo pescador como ponto de pauta para discussão na próxima reunião da CT, a
390 partir da cadeia da pesca e das pessoas não estão sendo atendidas – para então definir o
391 público tradicional (saberes tradicionais). Para fazer o recorte da CT-IPCT e para
392 subsidiar o Grupo de Pesca da CT-OS, de acordo com alinhamento entre as duas

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

393 Câmaras, esta CT irá encaminhar ofício à Renova, solicitando informações sobre os
394 pescadores (categorias, pagamentos, documentos e outros). Ao encontro desta
395 solicitação, a Fundação Renova ofereceu-se para fazer um workshop, a fim de
396 compartilhar os dados que já foram coletados em campo. Esta questão ficou de ser
397 amadurecida, inclusive em contato com o GT de Pesca da CT-OS, para posterior retorno
398 à Renova. A DPE-ES manifestou-se pela urgência de se definir qual é o povo
399 tradicional que será acompanhado pela CT-IPCT, pois se preocupa com as comunidades
400 tradicionais de Baixo Guandu, Mascarenhas e outras, que podem desaparecer. Em
401 seguida, passou-se ao tema **Quilombola**. O representante da Fundação Palmares teceu
402 algumas considerações iniciais sobre o ECQ (**Estudo do Componente Quilombola**),
403 que traz uma análise histórica da comunidade e das pressões que a mesma sofre em
404 função de empreendimentos na área ao redor. Entende que a H&P conseguiu trabalhar
405 com a comunidade, seguindo a recomendação da Palmares. Houve recomendações
406 pontuais e relevantes para adequações dos documentos, já que estes serão recebidos e
407 apropriados pela comunidade. Foi solicitada a adequação dos mapas, entendendo-se que
408 os mapas de satélite dificultam o entendimento da população, sugerindo-se a utilização
409 de etno-mapas. Entende que o Estudo está pronto para ser apresentado à comunidade,
410 seguindo as recomendações da convenção 169 da OIT, com prazo mínimo de 15 dias de
411 antecedência para entrega dos documentos à população e convite para a consulta sobre o
412 estudo. Após a abertura da consulta, os resultados serão formalizados à H&P, para que
413 sejam elaboradas as ações mitigadoras e de redução de impactos. Parabenizou a H&P
414 pelo resultado, entendendo que o documento deve ser repassado, posteriormente, ao
415 próprio INCRA, como subsídio para programa de sua responsabilidade (regularização
416 fundiária). A coordenadora da CT também parabenizou a H&P pelo cuidado na
417 elaboração da última versão do documento, que retrata bem o que constava no Termo de
418 Referência, com um componente antropológico muito forte (que perpassa todo o
419 documento). Acrescentou que ficaram evidenciados, no estudo, tons diferentes no trato
420 das questões antropológicas e do meio-ambiente (físico e biótico, capítulos 2 e 3), sendo
421 que sentiu falta de dados conclusivos para as questões ambientais. Compreende que
422 Degredo vivia à margem do Estado, com dificuldades para acessar políticas públicas,
423 mas que a equipe técnica responsável pelos capítulos 2 e 3 teve dificuldades em precisar
424 o que teria sido desdobramento do próprio desastre. O fio condutor foi a antropologia e
425 a etnografia confirma que a comunidade percebeu uma mudança muito grande antes e
426 após o desastre, cujo marco foi a chegada da lama. A água já era ruim, antes do desastre
427 (considerando-se que condicionantes de empreendimentos da Petrobrás não foram
428 cumpridas). Somando-se a esses, há o comportamento ilegal dos fazendeiros adjacentes,
429 com desvios do rio para uso na produção e dessedentação de animais, demonstrando
430 pouca importância com os impactos na comunidade. Entende que a antropização é
431 antiga e excessiva, mas houve o registro de que a comunidade sentiu falta de alguns
432 animais e pássaros após o desastre. Avalia que a parte final do estudo tomou como
433 conclusivas algumas questões que não foram apresentadas desta maneira nos capítulos
434 dedicados à discussão, referindo-se especialmente aos capítulos 2 e 3, onde as análises
435 não são conclusivas quanto ao momento dos impactos na comunidade. Informou à
436 Renova e à H&P que algumas questões foram discutidas na CT durante o dia dezoove

CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

437 e ficaram estabelecidos alguns pontos para inclusão na Nota Técnica da Palmares –
438 inclusões que não alteram substancialmente a NT já compartilhada com a Renova; uma
439 nova versão da nota será compartilhada posteriormente, com a validação desta CT.. O
440 representante da Fundação Palmares defendeu o viés antropológico, que atende ao TR, e
441 informou que a preocupação era que, de fato, os impactos no meio físico e biótico
442 fossem vistos sob o ponto de vista da comunidade quilombola, tendo sido um ponto
443 positivo do estudo exatamente a demonstração do ponto de vista da comunidade.
444 Mesmo que a qualidade do ambiente e da água não fosse boa antes do desastre, a
445 chegada da lama foi um fator agravante; e a comunidade apontou esta percepção. Isso
446 será importante na hora de elaborar as ações e medidas de mitigação e recuperação do
447 ambiente. A Fundação Renova ressaltou que o peso da percepção da comunidade, a
448 partir do evento, é enorme para o trato do problema. A H&P ponderou que estudar as
449 300 páginas do ECQ é tão complexo quanto foi redigi-lo e considerou que o estudo
450 contou com uma análise muito boa. Destacou que desde novembro, tanto Renova
451 quanto H&P estão trabalhando internamente na matriz de impactos, sendo que a versão
452 revisada deve trazer algo mais direto na matriz para a comunidade. Os seis elementos da
453 matriz foram reduzidos para três – e a H&P está apenas aguardando as considerações da
454 CT-IPCT para finalizar a versão revisada. Houve dificuldade de vinculação dos
455 capítulos ambientais com o capítulo antropológico (o território se mostrou muito mais
456 complexo do que o que foi previsto no termo de referência). Além disso, o TR não
457 previu estudos mais complexos (tecidos de peixes e outros) para vincular a qualidade da
458 água e do pescado com o desastre; falta, também, o histórico das questões ambientais
459 locais, por não ter estudos anteriores. O antropólogo da H&P retomou a importância de
460 se deixar a fala central para a comunidade e ressaltou que só o campo foi capaz de
461 mostrar o quanto os ambientes físico e biótico estavam ligados diretamente à atividade
462 pescadora dos quilombolas (de mar). Informou que houve uma tentativa de pedir
463 autorização ao IBAMA e aos outros órgãos para maiores análises físicas e bióticas –
464 mas a licença não foi concedida. Retomando a fala, o representante da Fundação
465 Palmares falou sobre a consulta à comunidade, que deve ser entendida como um
466 processo livre e previamente informado. Para a consulta, após a realização dos estudos,
467 é necessária a distribuição de material com antecedência mínima de 15 dias, para
468 permitir à comunidade o contato com os estudos, a discussão entre si e a definição
469 pessoal de participar ou não da consulta (já que ela é livre). Informou que a marcação da
470 data será feita pela Palmares, e comunicada à H&P e Renova. A Renova, entendendo a
471 necessidade de consulta e a oportunidade deste momento, pediu para a H&P fazer um
472 **plano de apresentação da consulta:** a proposta é dividir este momento em três etapas:
473 realizar uma oficina com alguns multiplicadores (1-3 dias); deixar o material disponível
474 na comunidade por 15 dias, para familiarizar-se com ele; realizar a consulta em si, para
475 validação junto à comunidade. A Renova irá compartilhar esta proposta com a CT-IPCT
476 (via e-mail, urgente, para ganhar-se tempo), com cronograma, para circular na CT e a
477 CT irá analisar a data de consulta, além de fazer a adequação das datas de reunião em
478 março. O processo de validação será documentado pela Renova, para garantir a
479 jurisprudência do processo; a comunidade tem vieses de idade e gênero – e o passo-a-
480 passo de mobilização será conduzido pela HP, com o envolvimento de multiplicadores

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

481 para serem corresponsáveis pela mobilização. Esgotado o tema de consulta, foi
482 levantada a questão do **pagamento retroativo à comunidade de Degredo**. A ideia
483 inicial era de que a consulta à comunidade sobre a melhor forma de se fazer o
484 pagamento do retroativo ocorreria no mesmo momento da consulta sobre o ECQ; desta
485 forma, os cenários levantados pela CT para o pagamento do retroativo também
486 precisariam chegar antecipadamente à comunidade, para que os quilombolas fizessem
487 uma discussão interna para a tomada de decisão à definição da forma pela comunidade.
488 Neste sentido, a Renova prontificou-se a fazer um documento com as observações e
489 pontos de atenção para que sejam clarificados, para todos os atores, os potenciais
490 impactos e as ações de mitigação necessárias para enfrentamento dos efeitos negativos
491 já apontados pela própria CT. Pactuou-se que a CT dará conhecimento à Renova dos
492 cenários e efeitos positivos e negativos levantados pelos membros da câmara na reunião
493 do dia anterior, que poderão auxiliar a compor as ações de mitigação necessárias para
494 minimizar os potenciais efeitos negativos. Houve algumas discussões adicionais acerca
495 da oportunidade da consulta conjunta e definiu-se que a consulta sobre o retroativo
496 deverá ser feita depois da consulta sobre o estudo (para não impactar negativamente o
497 primeiro ponto). Mudando a discussão para o **Plano Emergencial** de atendimento à
498 comunidade de Degredo, houve ponderações acerca do descompasso no trato da
499 questão, informalidades e manifestação exclusiva da Fundação Palmares, a despeito da
500 recente instalação da Câmara Técnica. A coordenadora da CT informou que a avaliação
501 do plano deve ser basicamente a mesma já comunicada anteriormente à Renova, com
502 atenuação de algumas colocações e com novas percepções; espera-se que a avaliação
503 final seja fechada brevemente, quando então será comunicada à Renova. Entretanto, a
504 CT informou que a **qualidade da água** é um problema grave; a comunidade não quer
505 consumir a água que chega pela torneira e tem adquirido água mineral – cujo
506 fornecimento deveria estar contemplado no plano de atendimento emergencial. A
507 Palmares informou que recebeu informações sobre dois estudos da qualidade da água,
508 mas um deles (laboratório Tomasi) não foi encaminhado à Palmares. Desta forma, para
509 que a CT possa realizar um alinhamento com a CT de Recursos Hídricos, pedindo uma
510 análise dos dois laudos e informações sobre o monitoramento da qualidade da água,
511 solicitou-se à Renova o repasse dos laudos, na íntegra, para a CT-IPCT. Em relação aos
512 pontos de coleta, e ao pedido de inclusão de três lagoas informadas pela comunidade à
513 Palmares, após algumas discussões surgiu mais um indicativo da necessidade urgente de
514 alinhamento entre a CT-IPCT e a CT de Recursos Hídricos. De acordo com o
515 representante da Palmares, o trabalho de campo da H&P reforçou o ponto de vista da
516 instituição, surgindo a ponderação de que há necessidade de uma revisão do pagamento
517 do cartão subsídio, que é por família, já que há trabalhadores da cadeia da pesca que
518 estão prejudicados em sua atividade, mas essas questões serão tratadas na avaliação do
519 Plano Emergencial. A Fundação Renova, em resposta ao ofício 006/2018 – que
520 encaminhou as análises prévias do Plano Emergencial e do Estudo do Componente
521 Quilombola, entregou à coordenação da CT o ofício SEq009/2018/PG04, com respostas
522 às notas preliminares da Fundação Palmares, relativas ao ECQ e ao Plano Emergencial
523 para Degredo – documento que será compartilhado com os presentes. De acordo com a
524 Fundação Renova, houve dificuldades nas tratativas relacionadas ao Plano Emergencial

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

525 e entende que não há sentido em se alterar ações que já estavam sendo finalizadas.
526 Ressaltou que o plano emergencial foi construído junto da comunidade, firmando-se um
527 compromisso de entregas para 15 de março de 2018. Na época, a emergência ao
528 atendimento às famílias foi a tônica para a Fundação Renova e foi se ajustando o
529 processo via câmara técnica (na época, co-coordenada pela Palmares). As lacunas que
530 ficaram no Plano Emergencial precisam ser afinadas, mas o ofício-resposta da Renova
531 traz os anseios da comunidade quanto à falta de consenso. A Renova entende que havia
532 um distanciamento e que a forma de trato entre as instituições precisa ser melhorada,
533 pois não há ganho em discutir as falhas, mesmo quando se tem posicionamentos
534 diferenciados, pois todos estão do mesmo lado. A Renova se dispõe a reescrever o Plano
535 Emergencial, se for o caso, mas entende que este talvez seja o momento de construção
536 de algo melhorado, estruturado já sobre o ECQ. Quanto ao **fornecimento de água para**
537 **consumo dos quilombolas de Degredo**, a Câmara entende que a necessidade é
538 imediata, comunicando tal fato à Renova, que irá se posicionar a respeito. Mediante o
539 posicionamento da Renova, a CT irá dar andamento às medidas que entender que forem
540 necessárias. A CT-IPCT ainda irá formalizar à Renova o posicionamento sobre o Plano
541 Emergencial. Em seguida, a Fundação Renova pediu espaço para informar alguns
542 questionamentos que estão sendo feitos na própria comunidade sobre a **legitimidade da**
543 **Comissão Quilombola**. O representante da Renova dispôs-se a fazer um relato dos
544 questionamentos recebidos quanto à legitimidade da Comissão Quilombola e
545 encaminhá-lo para a CT-IPCT, para que todos possam tomar conhecimento do assunto e
546 atuar no sentido de reconhecer e reforçar a legitimidade da Comissão, tendo em vista
547 que há um tensionamento entre membros da Comissão Quilombola e ameaças de
548 processo a algumas lideranças, entre outros. O relato da Renova é que realiza reuniões
549 com a comissão quilombola a cada 15 dias e que tem um olhar de proteção das pessoas
550 e do reconhecimento da comissão como legítima, fortalecendo-a e apoiando-a para
551 quaisquer questionamentos, já que a comissão foi eleita em assembleia comunitária, na
552 qual diversos órgãos estavam presentes. Entre outros problemas, já houve a criação de
553 comissões paralelas – incluindo gente de Pontal, que posteriormente vieram a pedir
554 prestação de contas sobre os cartões subsídio à Renova. O relato é para conscientizar os
555 membros da CT que, quando da realização de consultas, esses questionamentos podem
556 aparecer e dificultar o diálogo. Ao esgotar-se a pauta, foram elencados os
557 **encaminhamentos e pactuações** feitos com a Fundação Renova, muitos dos quais
558 correspondem a encaminhamentos tirados na reunião do dia anterior da Câmara, para os
559 quais será necessária a pactuação de prazos: **1)** A CT irá dar retorno à Renova sobre a
560 análise do plano dos fiscadores. **2)** A Renova deverá dar retorno sobre o ofício de
561 custeio da participação de representantes das comunidade nas reuniões da CT (ofício
562 001/2018/CT-IPCT/CIF). **3)** A CT deverá encaminhar à Renova a definição do roteiro
563 de consulta às comunidades tradicionais atingidas. **4)** A Renova irá verificar se pode
564 viabilizar, para a CT, a adequação da linguagem de informes sobre as reuniões para as
565 comunidades vinculadas aos programas 03 e 04 (Indígenas e PCT). **5)** A Renova irá
566 compartilhar com a CT os novos formatos de relatório para os programas 3 e 4, para
567 serem avaliados. **6)** A Renova irá levantar e estratificar os pescadores, a partir de ofício
568 a ser encaminhado pela CT-IPCT (em fase final de formatação, prazo deve ser

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

569 estabelecido no ofício). 7) A Renova irá enviar para a CT a metodologia proposta para a
570 entrega do estudo à comunidade de Degredo. 8) A Renova irá levantar os riscos
571 secundários sobre o pagamento do retroativo (a partir de quadro de cenários da CT-
572 IPCT, ao final desta ata, anexo I). 9) A Renova irá enviar para a CT os resultados dos
573 testes de qualidade da água feitos pela própria Fundação nos pontos de coleta da
574 Comunidade de Degredo, permitindo que esta CT peça análise comparativa aos
575 resultados obtidos pela H&P à CT de Recursos Hídricos e Qualidade da Água, a partir
576 de uma reunião de alinhamento. 10) A Renova irá encaminhar à CT-IPCT um relato dos
577 questionamentos sobre a legitimidade da comissão quilombola, para conhecimento e
578 medidas acessórias. 11) A CT-IPCT irá definir um fluxo de comunicação e troca de
579 informações para evitar ruídos com as comunidades atingidas. 12) A CT-IPCT irá
580 chamar uma reunião para que a Renova apresente os Programas 03 e 04 (em análise a
581 partir de 20/02). 13) A Fundação Renova propôs um workshop sobre os pescadores; a
582 CT-IPCT irá discutir internamente e com o GT de Pesca da CT-OS e dará um retorno.
583 14) A Renova protocolou ofício-resposta às notas técnicas prévias da Fundação
584 Palmares sobre o Plano Emergencial e o Estudo do Componente Quilombola; a CT-
585 IPCT informou à Fundação sobre a necessidade de fornecimento de água para
586 consumo para a comunidade de Degredo (parte do atendimento emergencial) e
587 informou que formalizará um posicionamento da CT a respeito do Plano Emergencial,
588 com a inclusão da demanda pelo fornecimento de água. 15) A FCP irá repassar à CT-
589 IPCT e à Renova e H&P os indicativos de datas para a consulta pública sobre o Estudo
590 do Componente Quilombola. 16) A FUNAI irá repassar à CT e à Renova um indicativo
591 de data para realizar a reunião prévia (de alinhamento) entre a FUNAI (sede e
592 Regional), a Vale e a Renova, com participação da CT-IPCT, para definir como será
593 realizada a conversa com os Krenak sobre a transição do atendimento da Vale para a
594 Renova; nesta reunião deverá ponto de pauta o custeio do transporte, hospedagem e
595 alimentação dos caciques indígenas (sete), para uma reunião subsequente, em Brasília
596 para discutir com as lideranças a possível transferência das ações da Vale para a
597 Renova, caso o povo indígena se disponha ao diálogo. Nada mais havendo a registrar,
598 encerra-se a ata do segundo dia da 9ª reunião de CT-IPCT.

**CÂMARA TÉCNICA INDÍGENA E POVOS E COMUNIDADES
TRADICIONAIS**

Comitê Interfederativo de Acompanhamento do TTAC



Palácio do Planalto – Anexo II, Sala 105, Ala A Térreo – Praça dos Três Poderes
70150-900 – Brasília-DF
(61)3411-5865

Anexo I.

Quadro de cenários para o pagamento retroativo aos quilombolas de Degredo

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
	Pagamento integral ao prejudicado em uma única parcela.	Pagamento integral ao prejudicado, de modo parcelado, podendo ser o valor da primeira parcela maior do que as demais. Sendo negociada a quantidade das parcelas.	Pagamento parcial ao prejudicado (parcela única). Acrescida de outra parcela destinada à implementação de ações estruturantes.
Positivo	Acesso imediato ao recurso; Possibilita ao prejudicado pagar dívidas acumuladas; Possibilitar o desenvolvimento de outras atividades produtivas;	Melhor capacidade de gestão dos recursos pelos comunitários;	Atender, a um só tempo, as necessidades acumuladas após o desastre ambiental, e garantir a reserva de um recurso para uso à critério da própria comunidade, que pode ser alocado na Associação Quilombola
Negativo	Intensificação da desestruturação social (aumento do consumo de álcool, drogas, geração de conflitos familiares).	A depender das dívidas acumuladas, a parcela inicial pode não ser suficiente para quitá-las.	De modo semelhante ao Cenário 2, o valor destinado a cada família prejudicada pode não ser suficiente para sanar as dívidas acumuladas; Revelar as cisões internas da comunidade.

Vanessa de S. Lança

[Assinatura]

[Assinatura]

21

